



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License. Fonte:

<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/1165>. Acesso em: 14 fev. 2022.

Referência

VAZ, Alcides Costa. Novos e velhos desafios e a agenda internacional do Brasil. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S. l.], v. 2, n. 18, p. 1-2, 2001. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/1165>. Acesso em: 14 fev. 2022.

Novos e Velhos Desafios e a Agenda Internacional do Brasil

Alcides Costa Vaz*

O Brasil confronta, nesse início de século, importantes desafios no plano internacional. Alguns deles correspondem à continuidade de esforços iniciados há uma década em prol de uma crescente e ativa inserção na economia mundial, desdobrando-se em três vertentes fundamentais e fortemente associadas: a promoção e adaptação às transformações produtivas que estão na base do processo de globalização econômica, a atração de investimentos estrangeiros como fonte de modernização e dinamismo econômico e a participação no comércio internacional e, concomitantemente, nas negociações visando ao aprimoramento das regras e das disciplinas multilaterais que o orientam.

Outros desafios, apesar de não propriamente inéditos, ganharam maior relevância e premência a partir dos trágicos eventos de 11 de setembro último e relacionam-se à cooperação no campo da segurança para fazer frente a ameaças não tradicionais e de caráter transnacional como o narcotráfico, o contrabando, o crime organizado e o terrorismo sob suas diferentes roupagens, fenômenos que nutrem-se da interdependência entre os países e dos instrumentos, recursos e tecnologias que a sustenta. Ainda no âmbito da segurança internacional, cabe destacar a necessidade de aperfeiçoar os instrumentos e instâncias coletivas para fazer frente aos inúmeros e persistentes focos de tensão e de conflitos e aos flagelos humanitários os acompanham.

Apesar de situarem-se em campos distintos e variados, e de não esgotarem os interesses que permeiam e que dão sustentação à política externa de um país do porte e da diversidade do Brasil, esses desafios abrangem um amplo conjunto de temas, compondo uma agenda internacional bastante complexa e da qual o país não poderá apartar-se, independentemente das conjunturas interna e externa e de qual venha a ser o governo que venha a instalar-se após as eleições do próximo ano. São questões que, em última instância, estão acima de considerações ideológicas ou político-partidárias. Ademais, se considerados os interesses do Estado e da sociedade brasileira naqueles campos e a natureza dos recursos de poder que detém o Bra-

MERIDIANO
47
O

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de
Conjuntura em Relações
Internacionais

Nº 18
Dezembro – 2001



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Novos e Velhos Desafios e a
Agenda Internacional do Brasil**
Alcides Costa Vaz

**Redes de Civilizações – o caso
chinês na Ásia-Pacífico**
Paulo Antônio Pereira Pinto

**Desastre para a política
externa dos EUA**
Luiz Alberto Moniz Bandeira

**Operação Liberdade
Duradoura: A Segunda Fase?**
Cristina Soreanu Pecequilo

**A África e a OMC – quem
venceu no Catar?**
Wolfgang Döpcke

* Doutor em Ciências Sociais, professor Adjunto do Departamento de Relações Internacionais e coordenador do Núcleo de Estudos de Mercosul da Universidade de Brasília.

sil para resguardá-los e promovê-los internacionalmente, constata-se, por um lado, a carência de meios coercitivos e econômicos e, por outro lado, uma oferta relativamente abundante e variada de recursos políticos relacionados à cooperação e à negociação que constituem, por conseguinte, as principais e melhores opções para a atuação do País no plano externo.

Nesse sentido, a construção de parcerias com países tanto no mundo desenvolvido como com países em desenvolvimento reveste-se de singular importância e confirma a vocação universalista da política externa brasileira. Isso, contudo, não implica abdicar de uma ativa postura no plano regional, principalmente quando avultam maiores e mais complexos desafios nos campos político, econômico e da segurança internacional. Por essa razão, as iniciativas de integração tanto no contexto do Cone Sul, cuja principal expressão é o Mercosul, como aquelas voltadas para o espaço sul-americano transcendem, em significado e importância, a dimensão comercial e devem necessariamente projetar-se e explorar oportunidades em outros domínios. Isso não exige

os países da região, e particularmente o Brasil, dada sua importância e liderança nesse contexto, de procurar conferir funcionalidade econômica às iniciativas de integração regional, a começar pelo próprio

Mercosul, ora bastante desgastado e com sua credibilidade corroída. Ao mesmo tempo, é preciso atuar ativamente no sentido de avançar os projetos de integração da infraestrutura e das cadeias de produção de modo a que os setores privados dos países encontrem reais condições para uma interação crescente, dando assim, sustentação e substância ao impulso político conferido pelos governos à integração econômica, tema que deve continuar a merecer um lugar de destaque na agenda internacional do Brasil. Aceitar passivamente a fragmentação em seu próprio entorno e a dispersão de energias e recursos é passaporte seguro para a marginalização do Brasil no sistema internacional. Afinal, quem não consegue exercer influência sensível junto aos seus próprios vizinhos, segundo uma estratégia conjunta de enfrentamento de problemas comuns dificilmente pode aspirar

a exercê-la, com algum grau de êxito, em outros domínios internacionais.

“Nesse sentido, a construção de parcerias com países tanto no mundo desenvolvido como com países em desenvolvimento reveste-se de singular importância e confirma a vocação universalista da política externa brasileira. Isso, contudo, não implica abdicar de uma ativa postura no plano regional, principalmente quando avultam maiores e mais complexos desafios nos campos político, econômico e da segurança internacional.”

Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

Redes de Civilizações – o caso chinês na Ásia-Pacífico

Paulo Antônio Pereira Pinto*

“Western societies, especially America, have been using the wrong mental tools to classify, shape, and understand the information they receive about Asia. It is difficult to look directly at the sun, so we turn away and look at the shadows it casts.... The Western world believes that capitalism has won, that our model of individual enterprise and rights has triumphed. But in East Asia a new and successful system has emerged that challenges the economic principles the West extols. The Asian system is powerful because it has become a broad regional system, reaching across borders and taking on different traits in each place it is applied.”¹

O alerta, feito por James Fallows, em 1.993, adquire renovada importância, na medida em que, desde 11 de setembro, toma-se consciência de que, no Ocidente, não temos dedicado esforço suficiente para entender expectativas de outras partes do mundo. Nessa perspectiva, nas duas colunas anteriores, pretendeu-se realçar a dimensão cultural de um projeto chinês para o milênio atual, com suas implicações na convergência entre civilizações no Sudeste Asiático.

O estudo da influência da cultura como fator de agregação, em nossos dias, na perspectiva sugerida nestes exercícios de reflexão, tem sido amplamente adotado por pensadores de renome. O livro de Francis Fukuyama, “Confiança”², por exemplo, defende, entre outras, a idéia de que as nações dependeriam para tornar-se competitivas, cada vez mais, de sua sociedade civil, isto é da capacidade de pessoas trabalharem juntas, visando a objetivos comuns, em grupos e organizações, sustentando-se em hábitos culturais antigos: reciprocidade, obrigações morais, deveres para a comunidade e sobretudo “confiança”.

Manuel Castells, por ocasião de seminário em Brasília intitulado “O Brasil e as Tendências Econômicas

e Políticas Contemporâneas”³, afirmou que “no momento em que a economia mundial é regida por fluxos financeiros, tecnológicos, comerciais e de valores canalizados por “redes independentes”, adquire importância fundamental a conexão direta – ou rede – representada pelos crescentes vínculos entre a China e o Sudeste Asiático.”

Em “The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order”, Samuel P. Huntington⁴ também ressalta a importância da cultura no “comportamento nacional” - mas com propósito oposto ao deste exercício de reflexão, na medida em que identifica tendências no sentido de confrontos entre civilizações. A seu ver, com o término da bipolaridade ideológica mundial, característica do período da Guerra Fria, na busca do fortalecimento de sua identidade, diferentes povos seriam levados a situações de conflito. O choque se daria, principalmente, no processo de competição entre as civilizações de um Ocidente em declínio e um Oriente emergente, onde se sobressairiam o Islã e o Confucionismo.

Joel Kotkin, em “Tribes: How Race, Religion, and Identity Determine Success in the New Global Economy”⁵, alega que a perda do fator de agregação

* Diplomata de carreira. As opiniões expressas neste artigo são veiculadas a título pessoal e não expressam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

¹ Looking at the Sun: The Rise of the New East Asian Economic and Political System. Por James Fallows. 1993

² “Confiança – As virtudes e a criação da prosperidade”, por Francis Fukuyama, Editora Rocco – Rio de Janeiro – 1996.

³ “O Brasil e as Tendências Econômicas e Políticas Contemporâneas” - Seminário de Brasília, 2 e 3/12/94. FUNAG. 1995, p. 15.

⁴ Publicado por Simon & Schuster, New York, 1996.

⁵ Random House, New York, 1993.

das ideologias dominantes no período da Guerra Fria e a emergência da globalização da economia proporcionaram o aparecimento de “tribos globais”, isto é, grupos culturais cujos membros estão dispersos geograficamente, mantêm vínculos empresariais através do mundo e redes culturais, e compartilham de um forte sentido de origem comum, bem como de valores.

A “global tribe” chinesa, a seu ver, tem sido amplamente responsável pelo processo de desenvolvimento econômico da República Popular da China, desde a década de 1970. Mais do que isso, essa grande tribo chinesa poderá determinar o futuro de um projeto chinês e envolver uma multiplicidade de Estados asiáticos.

Em “Megatendências Ásia”⁶, John Naisbitt chega a afirmar que “o domínio econômico do Japão atingiu seu ápice, e sua posição na Ásia e no mundo encontra-se em uma longa curva descendente. O poder do estado-nação japonês está dando lugar à

colaboração dinâmica da rede de chineses. Considerações sobre a China e os chineses no exterior agora norteiam a tomada de decisões na Ásia, na medida em que a China se torna fundamental para a região do Pacífico. Mas é a rede de chineses no exterior que dominará a região – não a China.”

Verifica-se, portanto, que a compreensão da existência desta rede de civilização chinesa adquire importância especial, por um lado, conforme ressaltado na coluna anterior, pela influência que um eventual bloco político de interesses recíprocos e de mega proporções – como o representado pela China e o Sudeste Asiático – exerceria no ritmo de integração e cooperação na Ásia-Pacífico.

Por outro, pela possibilidade de que laços culturais possam vir a ser fator determinante na consolidação da área coberta pelo referido grupo étnico, em oposição ao exercício da força como garantia de esferas hegemônicas, na forma que continua a ocorrer.

⁶ Editora Campus, Rio de Janeiro, 1997.

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Luiz Fernando Ligiéro

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Desastre para a política externa dos EUA

Luiz Alberto Moniz Bandeira*

A crise econômica, social e política na Argentina não constitui um fenômeno isolado. Já em março de 2000, o general Charles E. Wilhelm, então comandante-em-chefe do Comando Sul dos EUA, reconheceu, perante o Senado norte-americano que, no Equador, assim como em outras nações situadas na sua área de responsabilidade, a América do Sul, a democracia e as reformas econômicas, abrindo os mercados, não estavam a propiciar resultados tangíveis para o povo.

“Pode a democracia sobreviver sem um sistema econômico que produza adequada subsistência e serviços para a maioria dos seus cidadãos?” – perguntou ele após afirmar que muitas nações estavam economicamente pior do que antes da restauração da democracia. Com efeito, nos anos 90, todas as nações da América do Sul, com a restauração do regime democrático, experimentaram políticas econômicas neoliberais, sobre as quais havia consenso em Washington.

Em princípios de 1996, a revista *The Economist* apontou o Equador entre os 35 países mais liberais do mundo em matéria de comércio e investimentos. A imprensa especializada qualificou as mudanças lá efetuadas como uma “revolução silenciosa” do comércio exterior. Entretanto, com cerca de 70% da população na mais extrema pobreza, o Equador, um dos primeiros laboratórios para a experiência das políticas neoliberais dentro de regime democrático, já afundava em uma grave crise econômica, social e política, quiçá a pior de sua história.

O Equador teve quatro chefes de governo entre 1996 e 1998, quando Jamil Mahuad se elegeu presidente e teve de decretar, em 1999, o estado de emergência, para reprimir a agitação social

desencadeada pelo aumento de 13% no preço dos combustíveis. Cerca de 10 mil indígenas desceram então da serra e marcharam sobre Quito, reclamando maior assistência à saúde e à educação para as suas comunidades.

Os conflitos sociais recrudesceram e em 6 de janeiro de 2000, o presidente Mahuad, pretendendo promover a dolarização da economia, assessorado por economistas argentinos, entre os quais Domingo Cavallo, teve de decretar outra vez o estado de emergência. Mas não pôde impedir que a insurreição das comunidades indígenas (4,2 milhões em uma população de 12 milhões) aumentasse com a adesão dos sindicatos e partidos políticos que exigiam a sua renúncia, e viesse a receber o apoio militar, quando em 21 de janeiro um grupo de coronéis levantou o Exército, levando Mahuad, a refugiar-se em uma base militar.

Com representantes das comunidades indígenas e coronéis do Exército constituiu-se então uma Junta de Salvação Nacional. Ela porém não pôde resistir às pressões da Organização dos Estados Americanos, bem como dos EUA. E o Congresso, que fora dissolvido, reuniu-se em Guayaquil para reconhecer como sucessor constitucional de Mahuad o vice-presidente Gustavo Noboa, que oficializou o dólar como moeda nacional, sem que tal medida, um ano depois, melhorasse a situação econômica e social do país.

Agora chegou a vez da Argentina. E com razão o economista Paul Krugman, em artigo no *The New York Times*, observou que o “catastrófico fracasso” das políticas econômicas lá aplicadas com o selo “Made in Washington” representam igualmente um desastre para a política exterior dos EUA, assim como o maior revés para a proposta da ALCA.

* Ex-professor titular de História da Política Exterior do Brasil da Universidade de Brasília.

Operação Liberdade Duradoura: A Segunda Fase?

Cristina Soreanu Pecequilo*

Mais de um mês depois do início dos ataques aéreos ao Afeganistão, visando a destruição da capacidade militar do talibã, os EUA e seus aliados vêm afirmando que a segunda fase da Operação Liberdade Duradoura já está em curso. Nesta fase, além de prováveis incursões terrestres para a captura de Osama Bin Laden e dos principais líderes da Al-Qaeda, havendo a desmontagem completa da rede de terrorismo internacional por ela patrocinada, também estariam previstas negociações para transição de poder no Afeganistão. Porém, é preciso que analisemos estas informações com cuidado, fazendo um balanço das atividades militares e dos desenvolvimentos políticos e diplomáticos. Neste contexto, os americanos travam uma batalha dupla, visando a volta da normalidade e a manutenção e expansão da coalizão global antiterrorismo, tentando manter sua vontade e liderança intactas.

Em termos de normalidade, embora as principais cidades tentem retomar seu ritmo de funcionamento habitual, a rotina foi substituída por um cotidiano de alerta e expectativa em relação a alvos de novos atentados. Aqui, destacam-se o correio, o setor de aviação e os arranha-céus já atingidos e plantações, armazenamento de alimentos, reservatórios de água, usinas nucleares e indústrias químicas, túneis e pontes. Existe hoje um grande dilema a respeito de qual tipo de informação deve ser divulgada. Enquanto alguns defendem total transparência, considerando como fundamental a “eterna vigilância da liberdade” pela população, outros sugerem que alertas constantes somente criam um clima de pânico e desconfiança mútua, permitindo que os verdadeiros culpados se escondam. Para piorar, a queda de mais um avião da American Airlines em NY depois de ter decolado

somente trouxe mais insegurança. Embora existam afirmações de que se trata de um acidente aéreo “normal”, algumas pessoas dizem ter testemunhado uma explosão no céu, antes da queda no bairro do Queens. O que transparece é a falta de uma estratégia real, a despeito da criação da agência de segurança doméstica a cargo de Tom Ridge.

Até agora, tal agência não foi suficiente para coordenar ações de prevenção e combate ao terrorismo domesticamente, inexistindo uma ponte entre ela e os demais serviços como CIA e FBI. No caso, eles mesmos são questionados e passam por um processo de renascimento depois de cortes orçamentários prévios que haviam provocado sua relativa desmontagem e perda de capacidade operacional, principalmente na área da propaganda. A crescente onda de ataques por antraz enviados via correio, atingindo desde os principais símbolos do poder federal como o Legislativo, a Suprema Corte, a Casa Branca e o Departamento de Estado, até pessoas comuns e clínicas de aborto, empresas de mídia e comunicação somente têm reforçado a sensação de vulnerabilidade. A ausência de respostas sobre o como e o porquê do bioterrorismo reforçam a impressão de despreparo. Periodicamente, têm sido feitas tentativas de associar o antraz aos experimentos químicos e biológicos do Iraque, porém não se apresentam provas concretas. Igualmente, sugere-se que o antraz seria apenas uma espécie de ensaio e teste da capacidade de reação dos EUA antecedendo algo pior como a varíola ou variedades de febres hemorrágicas, armas químicas ou nucleares. Nestas hipóteses, afirma o governo, não há o que temer, pois medidas preventivas estão sendo tomadas para evitar problemas mais sérios.

* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora de Relações Internacionais (UNIBERO).

Contudo, este argumento somado ao de que o antraz seria relativamente inofensivo e de fácil controle somente incrementa o desconforto à medida que as mortes e contaminações aumentam ainda que vagarosamente. Afinal, qual é a garantia de que os EUA poderão se proteger se não conseguem nem eliminar esta “pequena” ameaça? Na verdade, mais do que no externo, talvez seja no interno que as autoridades deveriam concentrar suas preocupações. O padrão dos ataques, os poucos atentados a aliados e a escolha dos métodos e alvos, símbolos do governo e da modernidade que corrói princípios e valores apontam para uma ameaça doméstica, centrada em movimentos conservadores e fundamentalistas da direita. Também deveria ser repensada a forma de administrar a questão: ao lado de John Ashcroft da Justiça, Ridge é percebido como uma figura de pouca empatia, cuja mensagem não tem atingido a opinião pública.

Por seu lado, Bush enfrenta o mesmo dilema que seu pai no Golfo, é apresentado como um bom líder de política externa, deixando a desejar na resolu-

ção de problemas domésticos. A sociedade americana mantém seu apoio mas revela, como indicamos acima, sinais de impaciência, pedindo soluções. Além

disso, um ano depois da conturbada eleição presidencial e a permanência de setores que não consideram a vitória de Bush legítima, é inevitável que surjam questões a seu respeito e de sua equipe, imaginando o que poderia ser diferente caso Gore estivesse em Washington. Não se trata somente do medo de novos ataques terroristas e do desconhecimento de suas origens, mas também a pressão dos indicadores econômicos. Em outubro, a taxa de desemprego atingiu o seu nível mais alto em duas décadas, 5,4%, e a perda de quase meio milhão de vagas. Completando o quadro, uma grande parcela

destas pessoas não tem direito a benefícios de seguro social, o que afetaria ainda mais a queda do consumo e o nível de confiança. Medidas adicionais de corte nos juros não têm sido suficientes para promover a recuperação (o último foi em 06/11, trazendo-os para 2%), mantendo-se a expectativa pelo pacote de revitalização econômica prometido pelo Executivo.

“Afinal, qual é a garantia de que os EUA poderão se proteger se não conseguem nem eliminar esta “pequena” ameaça? Na verdade, mais do que no externo, talvez seja no interno que as autoridades deveriam concentrar suas preocupações.”

Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet - Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

©2000-2001 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Tal pacote tem sido amplamente criticado pelos democratas que o consideram direcionado aos ricos e sem incentivos reais à produção e emprego, sustentando-se na “fórmula mágica” republicana de pouca intervenção estatal e corte de impostos (o TPA também está em compasso de espera). Episódios que indicam uma total identidade entre as posturas dos partidos majoritários são esporádicos, resumindo-se a questões pontuais e diretamente relacionadas à guerra antiterror. Especificamente, falamos do apoio às operações militares e a aprovação quase unânime da nova lei antiterrorismo. A despeito de protestos de entidades de direitos civis alertando para uma nova era de *big government* e de criação de um Estado policial violando a liberdade, a lei já está em vigor. De acordo com ela, estão previstos a ampliação do poder das agências federais e locais, o encarceramento de suspeitos (e a sua eventual deportação), o monitoramento de telefones, computadores e correio, o controle de movimentações bancárias e a invasão de privacidade. Podemos estar assistindo a abertura de perigosos precedentes e alguns sugerem a validade do uso de meios ilícitos como a tortura.

Apesar da crise, o espírito de união é limitado, observando-se um desgaste na coalizão democratas e republicanos. As linhas mantêm-se divididas, preservando-se a agenda básica conhecida desde a campanha presidencial e que ressurge nas atuais corridas locais para cargos executivos e legislativos, com impactos na definição da correlação de forças em Washington em 2002. Em NY, chegou-se até a cogitar um adiamento da eleição ou a possibilidade de uma nova candidatura Giuliani (que não poderia mais concorrer por ter cumprido dois mandatos seguidos), o que seria um golpe mais profundo às instituições democráticas do que o próprio 11 de setembro. Como solução intermediária, devido à situação de emergência, o atual prefeito faria parte de uma equipe de transição inicial, acompanhando a nova administração, cargo disputado por Mark Greene e o milionário das telecomunicações Bloomberg que gastou mais de US\$

50 milhões na eleição. Os primeiros resultados nacionais indicam que o equilíbrio será mantido, com avanços democratas em governos estaduais.

A eleição de Bloomberg é curiosa e sintomática, considerando-se que a guerra da propaganda é um dos elementos da campanha antiterrorismo que mais tem recebido atenção nos últimos acontecimentos. Externamente, a inteligência e mídia americanas têm perdido a batalha da comunicação, em especial nos países muçulmanos. Além da dificuldade em apresentar Bin Laden como o inimigo, os EUA e os demais países da coalizão ocidental não conseguem arregimentar apoio e empatia entre a população. Ambos são restritos ao nível governamental, sustentados por uma frágil base, pois são relacionados a interesses e vantagens oferecidas, inexistindo um consenso real. Mesmo o envio de tropas da Turquia, prova de que os muçulmanos estão unidos com a luta antiterror não foi suficiente para ampliar ou revigorar a aliança, também prejudicada pela proximidade do Ramadã e a continuidade dos ataques durante este período.

Somadas aos problemas normais de arregimentar a união entre perspectivas diferentes, também faltam aos EUA os mecanismos adequados para travar esta guerra. Como indicado, os setores da CIA e do FBI mais afetados por cortes no pós-Guerra Fria foram aqueles relacionados à propaganda, devendo-se promover a sua reestruturação para que voltem a funcionar com eficiência. Adicionalmente, divulgou-se que importantes informações foram perdidas no desabamento do WTC, minando ainda mais a capacidade operacional. Todavia, estes e outros dados devem ser avaliados e percebemos um processo curioso na mídia, normalmente associado a períodos de exceção e sociedades menos democráticas. Freqüentemente podemos observar notícias que depois de divulgadas somem e voltam em versões renovadas e mais complexas ou que simplesmente desaparecem. Dentre estas, devemos destacar a de que um dos aviões tinha sido derrubado pela resistência

dos passageiros e que aviões de combate foram enviados a NY e DC, mas não chegaram, e o confuso episódio da detenção de um suspeito de terrorismo que morreu na prisão e a pouca visibilidade do vice Dick Cheney justificada por motivos de segurança nacional. Adicionalmente, existem pedidos de censura por parte dos Departamentos de Defesa e Estado dos pronunciamentos de Bin Laden e mesmo nas atuais imagens do Afeganistão, devendo-se buscar a sua “contextualização”. Igualmente, as emissoras têm esquemas de autocensura.

O próprio governo divulga informações desconstruídas. Apesar da constante afirmação de que a guerra será longa que surge como um consenso geral, existem oscilações nos pronunciamentos de Rumsfeld que muitas vezes exigem retratações ao causar impactos negativos na opinião pública. Recen-

temente, o Secretário de Defesa afirmou que a chance de capturar Bin Laden era pequena e voltou atrás, aproveitando para declarar que os objetivos da operação estavam sendo atingidos: coleta de dados, ajuda humanitária, destruição da capacidade operacional do Talibã e avanço da oposição interna. Mais do que “erros” e “má-interpretação” de declarações oficiais, estas oscilações revelam a existência de dilemas reais na operação.

Contrariando previsões iniciais, o poder de resistência do Talibã mantém-se (não houve seu desmoronamento ou sua quebra de vontade), ainda que a Aliança do Norte tenha conquistado pontos estratégicos como Mazar-e-Sharif e diga estar avançando para Cabul, contrariando pedidos americanos de que a capital deveria permanecer como território neutro para as futuras negociações de um governo de transição.

Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

Assinatura Anual (2 Edições)

Pessoa Física: R\$ 40,00 – Pessoa Jurídica: R\$ 60,00 – Exterior: US\$ 30,00

Envie o cupom de assinatura e a forma de pagamento escolhida (cheque ou cópia de depósito bancário) para:

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI

Caixa Postal 4400 – 70919-970 – Brasília-DF – Brasil – Telefax: (55 61) 307 1655

E-mail: ibri@unb.br <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Cupom de Assinatura:

Nome: _____

Instituição: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Tel.: () _____ Fax.: () _____

País: _____ E-mail: _____

Período de assinatura: () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos

Envie junto com este cupom depósito bancário no valor da(s) assinatura(s) em favor do **IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, efetuado na conta 437552-1, agência 3603-X, Banco do Brasil.

Neste sentido, as perspectivas de construção de um governo de coalizão doméstica para o pós-guerra se mostram bastante distantes, inexistindo alternativas factíveis. Haq, um dos mais importantes líderes da oposição foi morto, o rei não possui legitimidade suficiente e a Aliança do Norte, além de frágil e minoritária, não é considerada confiável. Trata-se, na verdade, de um país altamente fragmentado, cujas chances de unificação sempre foram pequenas, passando por complexos ajustes internos que contemplem os interesses de todas as etnias e tribos. A atual aposta nos rebeldes do Norte pode ser tão perigosa quanto a anterior nos talibãs. Estamos diante de uma guerra assimétrica tanto em termos de capacidade quanto de valores, nos quais os envolvidos operam em diferentes sistemas de racionalidade e crença, não se devendo cometer um erro comum ao lidar com o inimigo: supor que seu comportamento e pensamento se assemelham ao nosso, devendo-se buscar a real motivação daquele que enfrentamos e que não compreendemos.

Neste campo, assim como na questão do envolvimento terrestre, cada vez mais próximo e com perspectivas de ser maciço, e de uma estratégia de saída, o Afeganistão começa a se aproximar do Vietnã, temendo-se um novo atoleiro e a consequente perda de apoio doméstico. Por fim, sobra a difícil tarefa de continuar mantendo a coalizão dentro do mundo ocidental e muçulmano. Rússia e China preservam seu pragmatismo e procuram ganhar terreno em outras questões como o TMD, a redução de arsenais nuclea-

res e a OMC. A Grã-Bretanha oferece seu apoio incondicional, mas teme como outros países europeus a potencial explosão de conflitos domésticos entre suas minorias muçulmanas, e o Japão promove alterações em sua postura ao considerar a ampliação do mandato de suas forças defensivas. Apesar da importância do Paquistão, não podemos nos esquecer de um diferencial e ponto de equilíbrio no Oriente Médio, cujas posturas são dúbias, mantendo uma relação complexa com o ocidente na qual se misturam fundamentalismo, petróleo e bases militares: a Arábia Saudita. Em entrevista para a Globonews, Fred Halliday da *London School of Economics*, fez uma interessante observação sobre os propósitos de Bin Laden, que seriam a conquista do poder na Arábia Saudita, algo bem mais paroquial do que o esperado.

Enquanto isso, tentam ganhar evidência questões relativas à próxima reunião da OMC em Catar, havendo pressões para a negociação das questões agrícola, de patentes e a posição da China e dos demais países do Terceiro Mundo, permanecendo o debate entre o que é e como pode ser alcançado o comércio justo e livre. Assim, a vida continua e a centralidade da “guerra” por vezes nos faz esquecer das batalhas que antes existiam, perdendo contato com nossas prioridades e um contexto que continua levando a protestos e mesmo em NY a saques nos destroços do WTC. Frente a esta realidade, poucos tem sido os que contestam. A maioria parece que somente espera que as cinzas e sombras que encobrem nossos olhos possam, finalmente, ser dissipadas.



A África e a OMC – quem venceu no Catar?

Wolfgang Döpcke*

A Declaração Final, adotada pelos 142 membros da OMC na IV Conferência Ministerial, no dia 14 de novembro em Doha, Catar, já foi comemorada como a nova Carta Magna de um *terceiro mundismo* renascido. “A redação da agenda da nova rodada de negociações para a abertura e a liberação do comércio internacional”, escreve o jornal *O Estado de São Paulo*, “não mudaria em quase nada se tivesse sido escrito apenas pelos países em desenvolvimento.”

Representantes de países da África, como o Ministro de Comércio do Quênia, mas também algumas ONGs admitem sua satisfação com os resultados do encontro. Elogia-se manifestamente a atuação da diplomacia brasileira, com a presença maciça de quatro Ministros de Estado, na construção desta “promessa de um novo mundo”. Além à competência específica do ministro Celso Lafer, condecorado como “padrinho e herói do acordo”, atribuiu-se a postura mais flexível dos Estados Unidos aos recentes atos terroristas que teriam obrigado os EUA a buscar amplas alianças políticas entre os países pobres.

As celebradas concessões às posições dos países em desenvolvimento referem-se principalmente a cinco aspectos do documento final: 1) A declaração separada sobre os chamados *Trade-Related Aspects*

of Intellectual Property Rights, TRIPS – uma inovação da Rodada do Uruguai do GATT, que protegia patentes e outros direitos “intelectuais”. Nesta declaração, a OMC permite uma interpretação flexível do acordo sobre TRIPS em casos de ameaça grave à saúde pública, como no caso do HIV/Aids, tuberculose ou malária.

2) Concessões sobre assuntos de implementação das decisões da Rodada do Uruguai, como por exemplo acerca de anti-dumping, têxteis e TRIMs, reivindicações de muitos países em desenvolvimento. 3) A aceitação pelos Estados Unidos, e principalmente pela União Européia, de incluir os subsídios à exportação agrícola e os subsídios agrícolas internos na nova rodada de negociações da OMC. Embora ainda embrulhada em semântica complexa e até contraditória no documento final, a redução “substancial” dos subsídios internos à agricultura e até a gradual eliminação (“*phasing out*”) dos subsídios à exportação agrícola da União Européia,

obstáculos principais a uma ordem comercial mais justa, aparece pela primeira vez como objetivo explícito de uma rodada da OMC. 4) A linguagem geral do documento que foi considerada favorável ao desenvolvimento (*development-friendly*). 5) O adiamento do início das negociações sobre alguns dos assim-chamados assuntos de Singapura (comércio e investimento, comércio e concorrência e compras

“ Vista sob o ângulo das expectativas pessimistas, a Conferência trouxe efetivamente resultados positivos e fortaleceu o sistema multilateral de comércio em tempos nada fáceis. Países em desenvolvimento, diversificados, grandes e com forte setor agro-exportador, como o Brasil ou a África do Sul, têm realmente o que comemorar.”

* Professor adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB).

governamentais) para depois da V Conferência Ministerial, que acontecerá somente em 2003.

Os resultados foram, na perspectiva dos países em desenvolvimento, muito além do esperado. Dadas as posições muito antagônicas entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento, mas também por causa de manobras nada éticas ou democráticas por parte da direção da OMC nas fases iniciais da Conferência, esperava-se ou a repetição do fracasso do Seattle ou um outro exercício de política hegemônica por parte do Primeiro Mundo. Vista sob o ângulo das expectativas pessimistas, a Conferência trouxe efetivamente resultados positivos e fortaleceu o sistema multilateral de comércio em tempos nada fáceis. Países em desenvolvimento, diversificados, grandes e com forte setor agro-exportador, como o Brasil ou a África do Sul, têm realmente o que comemorar. Da mesma forma, os países africanos certamente vão saber tirar proveito de se aproveitado da possibilidade da quebra de patentes de remédios contra a AIDS, ainda que a grande maioria deles não tenha a capacidade de produzir genéricos.

Mas – com esta possível exceção na área da saúde e do combate à AIDS – visto pelo prisma dos interesses dos países pobres da África subsaariana, as decisões de Doha não representam uma viravolta no modo de inserção no comércio internacional. Pelo contrário, um olhar mais nítido sobre a Declaração revela que o preço pago pelos países africanos pela concessão na área dos remédios foi grande e contrário ao desenvolvimento de suas economias. As negociações revelaram também grandes divisões entre os países do Terceiro Mundo – de novo com a exceção da questão dos remédios no Acordo sobre TRIPS e da questão do subsídio agrícola. Até os países africanos demonstraram falta de união, apesar da elaboração anterior de uma posição comum.

A participação da África subsaariana no comércio internacional está permanentemente em declínio desde os anos 50. De 3,5% das exportações mundiais em 1955, a porcentagem africana caiu para

0,9% em 1999. Esta marginalização no comércio internacional reflete não somente a nova dinâmica qualitativa nos mercados mundiais, isto é, a perda de importância da matéria prima e dos produtos agrícolas ao invés de manufaturados (por exemplo, a parte dos manufaturados na importação da União Européia, mercado mais importante para os países africanos, aumentou de 47% em 1963 para 76% em 2000). Portanto, a África está também perdendo no campo dos seus produtos tradicionais, como café ou cacau, contra outros exportadores do Terceiro Mundo. As causas desta marginalização comercial do continente africano são múltiplas e inseparáveis tanto do modo de inserção econômica colonial, que os Estados africanos herdaram, quanto do fracasso da política de desenvolvimento e diversificação, desde a descolonização e da profunda crise econômica que atinge a África em meados dos anos 70.

Os “remédios” prescritos pela nova ortodoxia liberal são simples: uma vez que existisse uma relação positiva entre comércio, crescimento econômico e desenvolvimento, a fraca integração da África na economia internacional seria resultado do “fechamento” das economias em nome de uma estratégia equivocada de desenvolvimento. A abertura destas economias às importações e os ajustes estruturais para aumentar as exportações seriam a solução. Os governos africanos rejeitaram durante muito tempo a noção de que o aumento das importações – isto é, a ampla abertura dos seus mercados – equivaleria a desenvolvimento, mas compartilhavam a idéia de que as restrições no acesso aos mercados dos países desenvolvidos representaram uma das grandes causas do fraco desempenho comercial.

A África contestou seu modo de inserção na economia mundial principalmente nos anos 70 e lutou, junto com outros países do Terceiro Mundo, por uma nova ordem econômica internacional. Certas realizações foram alcançadas, especialmente em favor dos *Least Developed Countries*. Entretanto, a partir

do início dos anos 80, muitos países do Terceiro Mundo, sobretudo o continente africano, mergulharam numa profunda crise financeira e econômica que, aliada a um impressionante *roll-back* internacional do ideário liberal, efetivamente acabou com a luta africana por uma reforma do sistema comercial mundial. Discussões sobre comércio internacional foram deslocadas da progressista UNCTAD, quase desmantelada no processo, para os foros do GATT ou, bilateralmente, para as negociações de *structural adjustment* junto ao FMI. Na Rodada do Uruguai do GATT, os Estados africanos não conseguiram representar os seus interesses, menos em função da falta de vontade política, mas por causa da carência de recursos e capacidade técnica para acompanhar adequadamente as negociações. A África saiu da Rodada do Uruguai como menos beneficiada, se não como derrotada. Daí para frente, os governos africanos chegaram a

reconhecer o papel chave da OMC na determinação do destino econômico de seus países e como instituição central do sistema mundial globalizado. Para a III Conferência Ministerial da OMC em Seattle, os Estados africanos, instruídos e aconselhados por órgãos internacionais como a UNCTAD, a UNDP, a OUA e a AEC, avançaram na articulação de uma posição conjunta que, entre outros pontos, reivindicava a consideração da dimensão do desenvolvimento nas negociações das regras do comércio internacional.

As posições africanas, juntamente com as reivindicações dos outros países em desenvolvimento, foram ignoradas de fato na Conferência Ministerial em Seattle, circunstância que contribuiu para o fracasso deste evento. Na preparação da Conferência

em Doha surgiu também, através de uma série de encontros, uma posição africana comum, que chegou a ser harmonizada nos pontos principais com as declarações dos *Least Developed Countries*, do Grupo 77 e dos países do grupo ACP. O raciocínio básico da arguição do grupo africano foi o de que a Rodada do Uruguai não melhorou a posição dos países em desenvolvimento no comércio internacional mas, ao

contrário, acentuou as desigualdades e injustiças, na medida em que os países pobres tinham de abrir seus mercados e em que os países industrializados continuaram a proteger as partes de suas economias que perderiam em competitividade com o Terceiro Mundo. Assim, os países da África se opuseram a uma nova rodada de negociações de tarifas de produtos industrializados e, sobretudo, dos chamados “novos assuntos” do encontro de Singapura, ambos itens que os países do G7 queriam levar adiante. Concretamente, os países africanos articularam os seguintes

pontes principais: 1) o sistema do comércio mundial deveria centrar-se no desenvolvimento como objetivo principal (criação de uma *development box*); 2) a compatibilidade do acordo sobre TRIPS com a quebra de patentes de remédios contra a Aids; 3) em vez de uma nova rodada para baixar as tarifas de produtos industriais, muitos países africanos sugeriram um processo de estudo dos efeitos que a liberalização do comércio teria causado, até então, em suas economias – os processos da desindustrialização. 4) rejeição de uma nova rodada sobre os “new issues” de Singapura; 5) redução ou fim de tarifas altas (*tariff peaks*) e da escalação de tarifas (*tariff escalation*) nos países industrializados; 6) redução ou eliminação dos subsídios internos e à exportação de produtos

“Por que prevalece, então, apesar desta evidente vitória diplomática, uma avaliação crítica e até pessimista? Sugere-se aqui que, na perspectiva dos interesses dos países africanos, a euforia generalizada esconde incertezas e perigos, embutidos nas decisões do Catar.”

agrícolas, principalmente dos Estados Unidos e da União Européia. 7) resolução de 104 itens de implementação da Rodada do Uruguai; 8) sustentação e melhoria das provisões do tratamento especial e diferenciado (SDT) dos países em desenvolvimento pelo GATT e transformação destas provisões em obrigatoriedade legal.

Como no encontro de Seattle, os países do G7 e a direção da OMC optaram primeiramente por uma política de confronto e de ignorar simplesmente as posições africanas e dos países aliados. O texto das primeiras duas minutas da Declaração Ministerial e a organização do processo de negociação de uma maneira não-democrática e não-transparente bem demonstraram esta estratégia de hegemonia dos países industrializados. Temendo, porém, a repetição de fracasso de Seattle, agora numa situação política delicada e de risco de recessão na economia mundial, os Estados Unidos chegaram a exibir uma postura mais flexível nos dias finais das negociações. Numa viravolta nada esperada, e de última hora, várias das reivindicações africanas e *terceiro mundistas* foram atendidas.

Por que prevalece, então, apesar desta evidente vitória diplomática, uma avaliação crítica e até pessimista? Sugere-se aqui que, na perspectiva dos interesses dos países africanos, a euforia generalizada esconde incertezas e perigos, embutidos nas decisões do Catar.

1) Em primeiro lugar, e muito importante, os países africanos não conseguiram manter uma posição unificada durante as negociações. A África do Sul que, juntamente com a Nigéria é um dos líderes do continente, abandonou rapidamente a postura comum de bloquear uma nova rodada, e levou consigo seus

vizinhos da SADC à dissidência, causando um confronto com a Nigéria e com os países da África Ocidental. Esta perspectiva distinta da África do Sul acerca da questão da liberalização do comércio internacional, pode ser explicada pelo nível diferente de desenvolvimento econômico e de capacidade técnica deste país, de dar conta de uma nova rodada de negociações em assuntos tão complexos como os de Singapura. O atrito com a Nigéria põe em risco os recentes esforços unificados de reconstrução econômica e social do continente no assim-chamado Renascimento Africano.

Existe um segundo aspecto das negociações que causa dúvida. Parece que os Estados africanos subsaarianos foram pressionados a seguir posições-chaves da União Européia e de outros países adeptos do livre comércio, mediante da concessão de um *waiver* em relação ao novo

acordo de Cotonou entre os países do ACP e a União Européia, incluindo o polêmico "regime de bananas". A concessão do *waiver*, para permitir a transição deste regime preferencial entre a Europa e suas ex-colônias para uma relação comercial, em consonância com as normas da OMC, obedece certamente aos interesses dos países africanos, membros deste grupo ACP. Entretanto, é certo que a União Européia teria conseguido este *waiver* de qualquer forma em negociações separadas.

2) A África não conseguiu alcançar um de seus principais objetivos, isto é o bloqueio de uma nova rodada. Ficou decidido promover uma nova rodada de negociações com o objetivo de reduzir ou eliminar tarifas de produtos industrializados. Isto significa, na prática, que os países africanos terão de abrir ainda mais seus mercados à importação de manufaturados

"A África do Sul que, juntamente com a Nigéria é um dos líderes do continente, abandonou rapidamente a postura comum de bloquear uma nova rodada, e levou consigo seus vizinhos da SADC à dissidência, causando um confronto com a Nigéria e com os países da África Ocidental."

do Primeiro Mundo e de países em desenvolvimento mais avançados, como a China ou o Brasil. Esta abertura exporia as poucas indústrias secundárias existentes no continente a risco da extinção. A Rodada do Uruguai e a redução de tarifas alfandegárias, enforcada pelo FMI, já reduziram bastante o grau de proteção das poucas indústrias de substituição de importação, sobreviventes do ciclo de desenvolvimento dos anos 60 e 70.

As tendências de desindustrialização na África preocupam bastante. Por exemplo, a Nigéria perdeu nos últimos 3 anos mais do que trinta fábricas de têxteis, desempregando 60 mil trabalhadores, em função de uma abertura relativa de mercado. A tendência de “abrir” o continente africano às importações tornou-se muito forte desde que o novo pensamento hegemônico de liberalismo econômico e do *free trade* completou sua conquista mundial. A decisão do Catar reforça esta tendência de relegar o continente africano a um papel exclusivo na divisão internacional de trabalho, que já possuía durante o colonialismo: aquele de fornecedor de matéria prima e de mercado para manufaturados. A questão do desenvolvimento deveria focalizar este problema estrutural. Mas lamentavelmente, apesar da linguagem pró-desenvolvimento, o documento final do Catar adere muito mais ao lema principal da OMC,

o de que mais comércio externo significaria mais desenvolvimento. Neste contexto, a entrada das duas Chinas na OMC, finalmente aprovada no Catar, também cria preocupações graves, no que concerne aos possíveis efeitos nos mercados africanos internos, tanto como nos mercados internacionais, onde os poucos países africanos que tinham conseguido desenvolver uma indústria têxtil exportadora (como as Ilhas Maurício ou Lesoto), temem agora, junto com outros pequenos produtores, uma ofensiva chinesa.

A África também não conseguiu se livrar dos novos assuntos de Singapura, mas somente adiou o início das negociações para a próxima Conferência Ministerial, a realizar-se em 2003.

3) As conseqüências, para os pobres países da África, da vitória mais festejada, isto é do direito de quebrar as patentes de remédios no caso de uma emergência nacional na saúde pública, não ficam muitos claras. Pouquíssimos países africanos têm a capacidade técnica de produzir remédios complexos, e embora a declaração separada sobre o acordo de TRIPS e a saúde pública tenha reconhecido estas dificuldades, não se sugere uma solução imediata para elas.

4) A outra grande conquista – suposta – dos países africanos no Catar, isto é a decisão contrária à proteção agrícola, principalmente da União Européia,



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial:

Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Luiz Fernando Ligiéro, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e Editoração Eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – 9956-1028

revela-se menos atraente sob um olhar mais detido. Em primeiro lugar, a Rodada do Uruguai já tinha decidido a redução dos subsídios agrícolas da União Européia, sem notáveis conseqüências. A salvaguarda, no documento final, dizendo que as negociações se iniciariam “sem prejudicar o resultado”, e a leitura esquisita da expressão inglesa de “*phasing out*” como “direção, esperança, ambição”, mas não como “eliminação”, pelo Comissário de Comércio da União Européia, Pascal Lamy, revela a futura abordagem da Europa e um provável prazo muito longo para a efetivação destas decisões.

Se acontecerem estas reduções nos subsídios agrícolas na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, certamente os grandes países agro-exportadores, como o Brasil ou a África do Sul, beneficiar-se-ão substancialmente. Isso representaria com certeza um passo em direção a uma economia mundial um pouco mais justa e equilibrada. E os países da África? Por incrível que pareça, e apesar de toda retórica contrária, os efeitos sobre os pobres países da África ao sul do Saara serão inexpressivos. Em primeiro lugar, todos eles – com exceção da África do Sul – já têm acesso praticamente livre, isto é, sem tarifas alfandegárias sobre 99% das suas exportações para a União Européia, seja sob o regime de GSP seja como beneficiário dos Tratados de Lomé/Cotonou. Quatro produtos estão sujeitos a quotas, que, aliás, vários países sequer conseguem preencher. Em segundo lugar, grande parte dos produtos agrícolas exportados da África negra –sobretudo café e cacau, que representam mais

do que 50% das exportações agrícolas africanas – não concorrem com produtos europeus ou norteamericanos, e, assim, nunca tiveram sua entrada nos mercados do Norte dificultada. Em terceiro lugar, além de se beneficiar das preferências não-recíprocas dos Tratados de Lomé/Cotonou, os *Least Developed Countries* (LLDCS) da África subsaariana (34 Estados) poderão também tirar vantagem das novas concessões gerais para as exportações desta categoria de países. Projetos como o chamado “Tudo, exceto de armas”, da União Européia, que permite a importação irrestrita para a Europa de (quase) todos os produtos dos LLDCS sem barreiras tarifárias, concedem livre e não-recíproco acesso aos mercados do Norte. É certo que existem ainda barreiras, mesmo para os LLDCS da África, principalmente não-tarifárias. No entanto, os possíveis ganhos, em termos de bem-estar de um acesso livre irrestrito aos mercados do Norte não serão expressivos. Estima-se que o acesso completamente livre aos mercados dos países QUAD (EU, EUA, Japão) causaria um aumento de 1 (um) por cento na renda real dos 37 países da África subsaariana.

A questão chave do desenvolvimento africano e de sua inserção na economia mundial não é o acesso aos mercados. Ao contrário, desenvolvimento e crescimento econômico no caso da África subsaariana significa questionar o modo tradicional de integração na divisão de trabalho internacional como produtor de matéria prima. Lamentavelmente, as decisão do Catar inviabilizaram até mais esta perspectiva desenvolvimentista do comércio africano.

